

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 68ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário
2.2 – Comissão

3 – FISCALIZA MAIS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/11/2022

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 4.073/2022 – Requerimentos nºs 12.069 a 12.081/2022 – Oradores Inscritos: Discurso da deputada Beatriz Cerqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Mesa (2) – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Beatriz Cerqueira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.073/2022

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar as áreas correspondentes ao Município de Ibitité.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MG-040 compreendido entre o Km 18,4 e o Km 25,4, com 7km (sete quilômetros) de extensão.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ibitité a área de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Ibitité e destina-se à duplicação de via urbana.

Art. 3º – O trecho de rodovia objeto da doação reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2022.

Fábio Avelar de Oliveira, vice-presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e vice-líder do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro (Avante).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 12.069/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com Grupo de Consciência Negra de Coronel Xavier Chaves – Cosnec – e com a Sra. Maria Aparecida Silva Costa, sua presidente, pela organização e realização exitosa da XV Semana da Consciência Negra de Coronel Xavier Chaves – XV Secon –, que abordou o tema “Educação não tem cor, na consciência o amor sempre vence”, e o lema “Respeito não tem cor, tem consciência”. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 12.070/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis da 4ª Delegacia de Polícia Civil/Noroeste por terem participado ativamente das investigações da operação Hidra de Lerna Parte

III, que culminou no cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão referentes ao crime de tráfico de drogas, com a condução de 4 mulheres, sendo 2 menores de idade, e 3 homens e a apreensão de drogas, balanças de precisão, grande quantidade de microtubos vazios, um aparelho celular e um veículo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.071/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis da 4ª Delegacia de Polícia Civil/Noroeste por terem participado ativamente das investigações da operação de combate à receptação de fios de cobre, que culminou no cumprimento de um mandado de busca e apreensão, no Bairro Bonfim, na região Noroeste de Belo Horizonte, durante o qual foram apreendidos cerca de 400kg de fios de cobre, e um homem foi autuado em flagrante por receptação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.072/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cb. BM Vinícius Paiva por salvar uma idosa de um incêndio em São João del-Rei, em seu dia de folga do batalhão, em 2 de novembro de 2021. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 12.073/2022, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Judite Maria Pereira pelos relevantes serviços prestados ao Município de Itaúna, em especial à comunidade do Bairro São Geraldo e à Escolinha de Futebol São Geraldo. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 12.074/2022, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcos Antônio Ferreira pelos serviços prestados de forma voluntária ao esporte na cidade de Itaúna. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 12.075/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a ocorrência de terceirização do serviço de transporte por ambulância em suas unidades, se houve concorrência pública para a contratação da empresa terceirizada e qual foi a empresa vencedora do processo licitatório. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.076/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig –, pedido de informações sobre a falta de materiais de consumo e uso médico, nas unidades hospitalares da instituição, conforme denúncia apresentada na 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve como finalidade debater a situação dos servidores públicos lotados Fhemig, que estão sendo substituídos por funcionários da MGS, e também o sucateamento da instituição. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.077/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a situação atual da Fhemig, em especial quanto às questões que especificam. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 12.078/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Prefeitura Municipal de Jeceaba pelo projeto ambiental Usina de Tratamento de Resíduos a ser implementado no município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 12.079/2022, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ouro Preto pedido de providências para que seja revisto o contrato de prestação de serviços de saneamento básico firmado com a Saneouro, com vistas a rescisão contratual, em virtude dos valores abusivos praticados nas contas de água apresentadas à população ouro-pretana e diante das denúncias de precarização dos serviços prestados por essa empresa; e seja realizada ampla discussão com os cidadãos, através de audiências públicas, seminários e conferências municipais, para que a comunidade possa apresentar suas dúvidas, denúncias e demandas, bem como um debate sobre a necessidade da reestatização dos serviços de saneamento básico nessa cidade. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ana Paula Siqueira. Anexe-se ao Requerimento nº 11.920/2022, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 12.080/2022, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Utramig pelos seus 57 anos de atuação, capacitando pessoas por meio da educação profissional e oportunizando o protagonismo no mercado de trabalho e na sociedade. (– À Comissão de Educação.)

Nº 12.081/2022, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Kátia Ferraz por assumir o cargo de controladora seccional da Utramig. (– À Comissão de Educação.)

Oradores Inscritos

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, mais uma vez, boa tarde. Boa tarde a toda a imprensa que acompanha os trabalhos da Assembleia Legislativa, aos servidores da Casa, à população em geral que nos acompanha.

Presidente, hoje fomos matéria: “A Polícia Federal investiga autorizações do governo de Minas Gerais para mineração na Serra do Curral”. Minas Gerais está no noticiário em razão de uma atuação vergonhosa que está em investigação. É só isso que eu quero falar, presidente.

Começo fazendo a leitura de um comunicado assinado por sete entidades. Isso precisa ser lido no Plenário desta Casa, e precisa o seu conteúdo ser debatido nas comissões de mérito desta Casa. O comunicado é assinado por: Associação Mineira de Defesa do Ambiente, Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro, Associação Pró-Pouso Alegre, Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio Doce, Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas, EPA, Movimento Verde de Paracatu – Mover. Essas sete entidades publicaram o seguinte comunicado aos membros do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Semad.

(– Lê:): “Considerando que: o Copam e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos deixaram, há bastante tempo, de ser fóruns de discussão e proposição de políticas ambientais e de recursos hídricos para o Estado, tornando-se cada vez mais apenas palco de ‘legitimação’ de decisões autocráticas por parte do Executivo; tem-se tornado cada vez mais clara e crescente a política do governo de exclusão deliberada da sociedade civil e violação do seu direito constitucional de participação na gestão do uso dos recursos naturais, o governo Zema, de forma unilateral, sem discussão com a sociedade, revoga, modifica e cria normas ambientais à revelia da sociedade e até do Copam; importantes avanços para a proteção da biodiversidade conquistados no âmbito do Copam e do Conselho de Recursos Hídricos, como, por exemplo, implementação da cobrança de compensação ambiental prevista na lei federal, foram desmantelados nos últimos anos; não houve avanço significativo na implementação de ferramentas que possam avaliar impactos cumulativos e sinérgicos de empreendimentos de forma geral, como expansão urbana, mineração, hidrelétricas e agropecuária; a legislação continua sendo interpretada de forma a fragmentar o licenciamento ambiental, e frequentemente são pautados processos favoráveis à concessão de licenças a projetos que preveem grandes desmatamentos, entre outros impactos, e que são instruídos com estudos insuficientes, ignorando muitas vezes pesquisas da comunidade científica e publicações importantes, presença de comunidades tradicionais, denúncias das comunidades e até dados técnicos publicados pelo próprio governo; até hoje não foi regulamentada e implementada a cobrança de caução para o licenciamento de barragem de rejeitos, conforme preconiza a Lei Estadual nº 23.291, de 2019, e foram concedidas licenças com essa exigência como condicionante, o que é vedado expressamente no dispositivo legal; outorgas de concessão de uso da água a empreendimentos de grande porte e potencial poluidor são concedidas desconsiderando-se a crise climática e princípios de precaução e prevenção; por seis anos consecutivos, Minas Gerais é campeã de desmatamento do bioma mata atlântica e foi um dos estados que mais desmatou o cerrado nos últimos anos, e o governo não demonstra interesse em discutir e implantar políticas públicas que sejam capazes de reverter esse quadro através de política de Estado prevendo ‘desmatamento zero’ envolvendo outras secretarias e, ao mesmo tempo, assume internacionalmente metas de redução de emissão de carbono e desmatamento sem consequências práticas; mesmo havendo propostas técnicas sobre criação de corredores ecológicos no Estado, o Estado não as implementa, o que aponta favorecimento ao setor produtivo; o atual governo praticamente não criou novas unidades de conservação de proteção integral, estando o Estado muito abaixo do recomendado em termos de percentual

de território pela Convenção sobre Diversidade Biológica; não temos política de proteção da biodiversidade, água e clima, através da proteção legal de ambientes naturais de suma importância que restam no Estado, muitos deles provavelmente situados em terras devolutas que deveriam ser apropriadas pelo poder público, a gestão das unidades de conservação existentes parece caminhar com celeridade para uma visão mercadológica e nem mesmo suas zonas de amortecimento são protegidas contra atividades econômicas ilegais, como expansão urbana, e a discriminação fundiária dos mesmos não avançou; após 10 anos da promulgação do Código Florestal, os benefícios esperados com o Cadastro Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental em Minas inexistem apesar das promessas tanto do ex-secretário Germano Vieira quanto da atual, Marília Mello, de revogação do § 8º do art. 21 do Decreto Estadual nº 46.953/2016, que proibiu as ONGs eleitas para as câmaras temáticas e plenário do Copam de nomear o mesmo conselheiro que as representavam no mandato anterior, isso não foi feito. A proibição recai somente sobre as ONGs, pois na representação do setor empresarial e do governo não há restrição;

no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e suas câmaras técnicas, conforme o novo regimento interno, parágrafo único do art. 11, o governo de Minas, a partir de lista tríplice enviada pelas entidades da sociedade civil eleitas, é quem definirá os indicados para a titularidade e suplências, impedindo aos representantes da sociedade civil o exercício de seu pleno direito constitucional de independência. O artigo citado ainda fere o princípio da isonomia, pois usuários de recursos hídricos, como a Cemig, a Copasa, a Faemg, o Ibram e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, não foram submetidos à mesma regra;

o governo autocraticamente extinguiu o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas, criado em 2006, proibindo a livre escolha das ONGs de seus representantes no Copam e no conselho de recursos hídricos. A extinção foi comunicada às mesmas, e a Semad se recusou a discutir o assunto. Ambos os atos foram autoritários, sem qualquer discussão prévia com a sociedade civil.

As entidades signatárias deste documento comunicam formalmente decisão de renúncia coletiva do plenário do Copam, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e de suas câmaras técnicas, manifestam preocupação com as implicações para Minas Gerais das situações acima relacionadas e declaram total convicção da premente e urgente necessidade de um governo realmente democrático que respeite os direitos da sociedade civil, discuta e implemente políticas que possam compatibilizar as atividades econômicas necessárias ao bem-estar humano, com a proteção dos bens materiais e imateriais da sociedade e do meio ambiente, respeitando a fauna, a flora, os rios e as paisagens. Estaremos prontos para voltar a dialogar através dos conselhos com o poder público e a iniciativa privada quando o governo exercer de fato o princípio acima enunciado, respeitando os princípios constitucionais da isonomia, cidadania, moralidade, pluralismo político e impessoalidade, e sobretudo a capacidade de dialogar e compreender que a sociedade é mais diversa do que os setores corporativistas. Belo Horizonte, 17/11/2022.”

Assinam a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente, a Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro, a Associação Pró-Pouso Alegre, a EPA, a Fundação Relictos de Apoio ao Parque do Rio Doce, o Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas, o Movimento Verde de Paracatu.

A situação é gravíssima em Minas Gerais. Nós vivemos hoje um completo aparelhamento das estruturas do Estado a serviço dos grandes empreendimentos minerários, a serviço do poder econômico desses empreendimentos, independente da destruição e da devastação irreparáveis que esses empreendimentos minerários estão causando.

Faço a leitura, no Plenário da Assembleia, desta carta das entidades manifestando o meu apoio, o meu apreço a essas entidades. Eu realizei, na Comissão de Administração Pública, audiência que discutiu decretos relacionados ao conselho de recursos hídricos. A situação é grave. As normas editadas recentemente pelo governo Zema são normas autoritárias que desrespeitam a sociedade civil no seu legítimo direito de participação nos conselhos. Eu apresentei à comissão temática da Casa, a Comissão de Meio Ambiente, requerimento para realização de audiência pública com a convocação da secretária de Meio Ambiente. Eu não quero o presidente da Fiemg. Já vou logo avisando. O pedido aqui é para que a secretária de Estado de Meio Ambiente esteja presente em audiência e todas essas entidades sejam convidadas a falar, a ter o direito de voz. Que nós possamos cobrar do governo do Estado.

Eu só não apresento neste momento, presidente, um requerimento de pedido de uma comissão parlamentar de inquérito, uma CPI, porque nós estamos no final desta legislatura, mas quero deixar, de público, que o farei no início da próxima legislatura. Naquela bolsa vermelha que está ali, no Plenário, e que me acompanha em várias atividades, eu tenho dezenas de documentos mostrando como a direção política hoje da Semad está a serviço dos grandes empreendimentos minerários. Não importam as consequências. Eu tenho comprovação de que quem tem feito estudos para proposições, decretos e novo ordenamento legal sobre meio ambiente em Minas Gerais é a Fiemg. É isso mesmo, gente! Quem tem feito estudos indicando alterações na legislação ambiental, no Estado de Minas Gerais, no último período, é a Fiemg. Quero apresentar esses documentos para a correta investigação numa comissão parlamentar de inquérito. Não é um debate de opinião. Trata-se de um aparelhamento inaceitável e de possíveis crimes que estão sendo cometidos no âmbito da secretaria hoje dirigida pelo governo Zema.

Para finalizar, não sei se todos tiveram acesso: “Polícia Federal indícia mineradoras e diretor da ANM por irregularidades na Serra do Curral. A Serra do Curral, tombada pelo patrimônio municipal de Belo Horizonte, é alvo de atividades minerárias. Extração, pesquisa e lavra ilegal estão entre os crimes. A Polícia Federal indiciou a Gute, a Fleurs Global, um diretor da Agência Nacional de Mineração, além de uma transportadora, por fraudes na concessão do termo de ajustamento de conduta para operações minerárias na Serra do Curral, na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. O termo de ajustamento de conduta... Vou continuar: “De acordo com o relatório da Polícia Federal, ao qual o g1” – eu estou compartilhando uma matéria do g1 Minas – “teve acesso com exclusividade, as investigações tiveram início após uma fiscalização da Polícia Militar de Meio Ambiente, que flagrou ‘motoristas de caminhão na região de Belo Horizonte, divisa com Sabará, fazendo o carregamento de minério de ferro e terra, de forma aparentemente legal’”.

Quando nós estivemos, em atividade da Comissão de Administração Pública, fazendo uma visita técnica à mineradora Gute, constatamos e denunciemos aquilo que os moradores também já diziam: caminhões circulam – 30, 40 caminhões – principalmente pelas madrugadas, fazendo um transporte legal; e a mineração que era irregular... O governo Zema, que deveria ter protegido a Serra do Curral, fez um termo de ajuste de conduta para tornar legal a ilegalidade praticada pela mineradora Gute. É um escândalo! É uma situação assustadora, vergonhosa e que merece a correta investigação. Acho que é isso que nós, do Parlamento, devemos ao povo mineiro.

Essas são as considerações, presidente. Eu aguardo a votação de requerimento de minha autoria na Comissão de Meio Ambiente, que dorme lá, inclusive, desde maio de 2022 – todos os requerimentos de enfrentamento ao poder político e predatório das mineradoras e da Fiemg. Obrigada, presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Decisão da Mesa

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII do art. 79 do Regimento Interno e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 22.858, de 2018, decide realizar consulta pública sobre a instituição da Semana Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia, atendendo ao Requerimento Ordinário nº 1.296/2022, da Comissão de Saúde.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de novembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

Decisão da Mesa

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII do art. 79 do Regimento Interno e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 22.858, de 2018, decide realizar consulta pública sobre a instituição do Dia Estadual de Promoção da Saúde Única, atendendo ao Requerimento Ordinário nº 1.297/2022, da Comissão de Saúde.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de novembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de sexta-feira, dia 25, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/9/2022

Às 14h37min, comparecem à reunião os deputados Cássio Soares, Hely Tarquínio, Gustavo Santana, Inácio Franco e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do deputado Agostinho Patrus, candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente informa que designou como relator do Requerimento nº 11.479/2022, em turno único, o deputado Ulysses Gomes. A presidência passa a palavra ao candidato, que faz sua explanação. Em seguida, o presidente concede a palavra ao relator, deputado Ulysses Gomes, para proceder à arguição do candidato. Registra-se a presença da deputada Ana Paula Siqueira. Logo após, o presidente passa a palavra aos demais deputados para que façam suas considerações e questionamentos, aos quais o candidato responde, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Requerimento nº 11.479/2022 (relator: deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2022.

Cássio Soares, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/11/2022

Às 10h6min, comparece à reunião o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Ana Paula Siqueira, Celise Laviola e o deputado Mauro Tramonte, remotamente. Havendo número regimental, o

presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar, em audiência pública, o projeto de lei que visa instituir a Política Estadual de Serviços Ambientais no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Edição nº 109 da revista *Limpeza Pública* encaminhada pela Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Adriana Monteiro, professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Ariel Chaves Santana Miranda, assessora técnica do Núcleo de Gestão Ambiental da Seapa, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fabiana Gonçalves Moreira, da diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos; Mariana Pereira Ramos, gerente de Sustentabilidade da Faemg, representando Antônio Pitanguí de Salvo, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; e os Srs. Rodrigo Gonçalves Franco, subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento da Semad; Diogo Soares de Melo Franco, superintendente de Gestão Ambiental da Semad; e Henrique Damasio Soares, analista de Sustentabilidade da Faemg, representando o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2022.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/11/2022

Às 10h7min, comparecem à reunião a deputada Delegada Sheila e os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.374/2022, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam atendidos os seguintes pontos sobre o Núcleo de Atendimento ao Idoso – NAI – da Polícia Civil em Juiz de Fora: que seja esclarecido o papel da unidade e apurado se a unidade tem cumprido seu papel; que seja apurado se tem havido reclamações sobre seu atendimento; e que seja observada a contratação de servidores especializados de psicologia e serviço social para a unidade;

nº 13.378/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis do 11º Departamento de Polícia Civil pela realização da operação Bull'Eye, em 24/10/2022, que desarticulou uma organização criminosa que atuava subtraindo gado no Norte do Estado e causou prejuízo estimado em R\$1.000.000,00 na região (emendado pela deputada Delegada Sheila e deputados Sargento Rodrigues e João Leite);

nº 13.414/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita às unidades prisionais do Estado para fiscalizar o efetivo, a infraestrutura e as condições de trabalho dos policiais penais de Minas Gerais;

nº 13.416/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que todos os

aprovados no concurso público regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021 sejam convocados para a realização do Curso de Formação Técnico Profissional – CFTP – e, posteriormente, nomeados para o cargo de policial penal;

nº 13.417/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que sejam adotadas escalas de revezamento entre guarnições que fazem escolta hospitalar, com o objetivo de resguardar intervalos para repouso ou alimentação;

nº 13.420/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a recomposição dos quadros de efetivos das forças de segurança pública do Estado, considerando-se o contínuo déficit desses profissionais nos últimos anos, convidando-se para a mencionada reunião a secretária de Estado de Planejamento e Gestão e o secretário de Estado de Fazenda, para prestarem esclarecimentos sobre o tema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – João Leite.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/11/2022

Às 10h11min, comparecem à reunião os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BSM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o cumprimento, pelo Poder Executivo, das metas fiscais estabelecidas para o Estado relativas ao 3º quadrimestre de 2020 e aos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2021, conforme determina o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 13.535/2022, do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença dos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, o cumprimento, pelo Poder Executivo, das metas fiscais estabelecidas para o Estado relativas ao 1º e ao 2º quadrimestres de 2022, conforme determina o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, subsecretário do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, representando o secretário; e Felipe Magno Parreiras de Sousa, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando o secretário. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2022.

Hely Tarquínio, presidente – Cássio Soares – Laura Serrano.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 25 de novembro de 2022, destinada a homenagear o jornal *Diário do Comércio* pelos 90 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.940 e 11.947/2022, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e 11.968/2022, da deputada Leninha; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.

**FISCALIZA MAIS****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****FISCALIZA MAIS 2022****RELATÓRIO FINAL**

(art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)

O Fiscaliza Mais é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito das comissões permanentes da Casa, por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Tema Escolhido: Acordo da Vale, com foco nas ações no âmbito das áreas de atuação da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na infraestrutura rodoviária, obras públicas e serviços de transporte.

Deputado Duarte Bechir

Belo Horizonte

Ano 2022

FISCALIZA MAIS 2022

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**RELATÓRIO FINAL**

Tema: Acordo da Vale com foco nas ações no âmbito das áreas de atuação da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas: infraestrutura rodoviária, obras públicas e serviços de transporte.

Objetivos: Acompanhar o andamento do Acordo da Vale, com foco nos pontos que tratem de assuntos que se relacionam com as competências regimentais da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em específico aqueles listados no Anexo III do referido acordo.

I – Contextualização do tema

O “Acordo da Vale” é um acordo judicial de reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, que prevê a destinação de R\$4.950.000.000,00 (quatro bilhões e novecentos e cinquenta milhões de reais) para o Programa de Mobilidade, previsto no Anexo III. Para os projetos e as ações previstos no referido anexo, a execução é uma responsabilidade do Poder Executivo Estadual, e a obrigação de pagar, da empresa Vale, que deposita os valores seguindo o cronograma definido no acordo.

A Lei nº 23.830, de 28/7/2021, que autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento do Estado, foi criada para viabilizar o recebimento dos recursos, e os valores possuem aplicações pré-definidas e não podem ser utilizados para outras finalidades.

Os projetos de mobilidade previstos no Anexo III serão executados em diversas regiões do Estado. Para a malha viária estão previstas a recuperação funcional de rodovias pavimentadas e também a pavimentação de trechos que são considerados prioritários para o deslocamento em Minas Gerais. Também estão previstos no acordo a construção do Rodoanel, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, no Norte de Minas, e a implementação de melhorias no metrô da RMBH.

II – Síntese dos trabalhos

A Comissão de Transporte Comunicação e Obras Públicas aprovou o Requerimento de Comissão nº 11.825/2022 e o Requerimento de Comissão nº 11.827/2022 à Secretária de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, respectivamente, com pedidos de informações sobre a execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale.

Como resposta aos requerimentos, a Seinfra destacou os projetos de construção do Rodoanel da RMBH e da ampliação do metrô da Capital mineira. Encaminhou também ofício do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem – DER-MG –, em que

aquele órgão detalhou todas as obras de construção, recuperação, ampliação ou melhorias nas rodovias estaduais realizadas com os recursos do acordo judicial Vale/Estado de Minas Gerais, de conforme as etapas de sua execução.

Por sua vez, a Seplag encaminhou ofício em que informou que:

– Quanto à implantação do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o edital da concessão para sua implantação foi publicado em janeiro de 2022. A previsão era que a sessão de julgamento das propostas e a celebração do contrato ocorresse no segundo semestre de 2022;

– Quanto à complementação dos recursos federais para o Metrô da RMBH, foi realizada consulta pública para a sua concessão no período de 10/11 a 27/12/2021. O passo seguinte, atualmente em andamento, era a realização dos ajustes na proposta de edital em decorrência dos resultados da consulta pública, de modo que trabalhava-se com uma estimativa de publicação do edital de concessão ainda no primeiro semestre de 2022. Cabe ressaltar que a concessão será realizada por meio de licitação conjunta com o governo federal, de modo que os prazos previstos dependem também dos trâmites burocráticos a cargo daquela instância governamental.

– Quanto à recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, estão previstos diversos trechos rodoviários a serem objeto de intervenções, com destaque para uma obra já concluída, a recuperação de pavimento da MG-040 no trecho Crucilândia-Início do Perímetro Urbano de Itaguara, e outras 19 obras já iniciadas, conforme detalhamento apresentado.

– Quanto à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, nos Municípios de São Francisco, Manga e São Romão, cuja execução compete ao DER, foi apresentado o detalhamento de sua execução.

Por fim, informou que todos os dados podem ser acompanhados em www.probrumadinho.mg.gov.br.

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas também realizou audiência pública no dia 14/6/2022 com a finalidade de debater o andamento dos projetos de mobilidade previstos no acordo de reparação firmado entre a Vale e o Estado de Minas Gerais decorrente do rompimento da barragem de Brumadinho. Estiveram presentes a deputada Celise Laviola, os deputados Charles Santos, Antonio Carlos Arantes, Mauro Tramonte e Zé Reis, o defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, representando a defensora pública geral do Estado de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade. Fernando Scharlack Marcato, a coordenadora da Coordenadoria de Fiscalização da Macro Gestão do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, Ana Carolina de Macedo e Marques Lanna, o Secretário de Estado adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis, e o Promotor de Justiça e Coordenador da Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, Leonardo de Castro Maia.

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=12&dia=14&mes=06&ano=2022&hr=09:00&tpCom=2&aba=js_tabResultado

III – Análise de dados e informações relativos ao tema

Execução das ações do Orçamento 2022, decorrentes do acordo Vale/MG

| Código Ação | Descrição | Valor Despesa Total | Valor Despesa Realizada | % Execução |
|-------------|---|-----------------------|-------------------------|---------------|
| 1054 | Abrigos e caminhos na Cidade Administrativa | 3.500.000,00 | 10.202,74 | 0,29% |
| 1055 | Estação do MOVE na Cidade Administrativa | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00% |
| 4021 | Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte | 78.496.101,00 | 0,00 | 0,00% |
| 4227 | Construção e adequação de rodovias | 49.485.693,00 | 27.175.963,63 | 54,92% |
| 4520 | Recuperação e compensação dos danos em função do desastre minerário da Vale S.A. em Brumadinho | 39.255.498,00 | 413.895,12 | 1,05% |
| 4527 | Requalificação urbana e ambiental e de controle de cheias do córrego Ferrugem – PAC Ferrugem (Vale) | 30.000.000,00 | 99.772.051,59 | 332,57% |
| 4528 | Requalificação urbana e ambiental e de controle de cheias do córrego Riacho das Pedras (Vale) | 22.500.000,00 | 0,00 | 0,00% |
| 4554 | Construção e adequação de rodovias – Reparação Brumadinho | 142.512.684,00 | 89.389.809,31 | 62,72% |
| 4555 | Recuperação e manutenção da malha viária – Reparação Brumadinho | 381.307.215,00 | 216.891.772,92 | 56,88% |
| | Total | 748.057.191,00 | 433.653.695,31 | 57,97% |

Fonte: Siafi, atualizado em 30/10/2022

Há nove ações no orçamento de 2022 cuja fonte dos recursos é o acordo da Vale. A tabela permite-nos inferir que há uma execução razoável dos valores constantes na lei, quando analisamos os números totais. Contudo, tal percentual advém em sua quase totalidade de quatro dessas ações apenas. Além disso, percebe-se que a ação 4527 (Requalificação urbana e ambiental e de controle de cheias do córrego Ferrugem – PAC Ferrugem) executou mais recursos do que o orçado, o que decorre de alguma suplementação orçamentária não identificada. Três ações (4227, 4554 e 4555) tiveram pouco mais de 50% de execução, enquanto as outras cinco (1054, 1055, 4021, 4520 e 4528) não tiveram execução alguma ou a tiveram em valores irrisórios.

Merece destaque que as ações de construção, ampliação e adequação de rodovias (4227 e 4555) tiveram execução razoável até a data de coleta dos dados. Provavelmente há disparidades no andamento entre cada uma dessas obras, tendo em vista que são intervenções pulverizadas por todo o Estado por meio de contratos e licitações distintas. Assim, é possível que algumas delas já estejam concluídas ou em via de conclusão e outras, ainda em estágios iniciais ou preparatórios.

Outro ponto que vale ser destacado é que a ação 4021, referente ao Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, embora não tenha tido execução orçamentária no corrente ano, já teve por concluída sua principal etapa, que é a licitação por meio de leilão de parceria público-privada, cuja ata de julgamento da habilitação da proponente vencedora (uma das últimas etapas do processo licitatório) foi publicada em 7 de outubro de 2022. Provavelmente a execução orçamentária (nesse caso específico, o desembolso financeiro para a concessionária) ainda deve demorar alguns meses para ser iniciado, visto que o processo preparatório (execução de projetos, concessão de licenças ambientais, etc.) será longo, dada a complexidade da obra.

Execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do acordo Vale/MG

| Projeto | Descrição | Informações financeiras do projeto | Informações complementares do projeto |
|---|--|---|---|
| Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA | Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA | Valor do projeto: R\$ 700.000.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 421.802.364,32 Saldo do Projeto: R\$ 278.197.635,68 | |
| Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra / melhoria da infraestrutura dos municípios | Transferência especial realizada a municípios mineiros, conforme art. 5º da lei 23.830/21, para realização de investimentos em projetos de mobilidade e infraestrutura, submetida a controle por parte do MPMG e TCE-MG | Valor do projeto: R\$ 450.000.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 450.000.000,00 Saldo do Projeto: R\$ 0,00 | Repasse a todos os 853 municípios realizados em 3 parcelas conforme determinação do art. 5º da lei 23.830/21: 40% em 30/08/21, 30% em 31/01/22 e 30% em 01/07/22. |
| Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra - Mobilidade regional na Bacia do Paraopeba | Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA - Realização de 6 obras rodoviárias estruturantes na região atingida da Bacia do Paraopeba | Valor do projeto: R\$ 47.997.269,12 Despesa Executada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 47.997.269,12 | |
| Implantação do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte | Implantação do Rodoanel com o objetivo de capturar o fluxo de travessia na RMBH, além de fornecer rota alternativa de escoamento da região, melhorando a segurança dos usuários, a fluidez no transporte e na locomoção e a competitividade no escoamento de cargas | Valor do Projeto: R\$ 3.072.030.000,00 Despesa Executada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 3.072.030.000,00 | O edital da concessão para implantação do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi publicado em janeiro de 2022. O Leilão de concessão foi realizado em agosto de 2022 e o grupo italiano INC SPA, representado pela corretora Genial Institucional, apresentou a melhor proposta. Atualmente, a documentação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em análise pela Comissão Especial de Licitação da Seinfra, com previsão de conclusão do processo licitatório até o final de 2022 |
| Construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão sobre o Rio São Francisco | Construção de Ponte sobre o Rio São Francisco, em São Francisco e elaboração de projetos para construção de pontes sobre o Rio São Francisco em Manga e São Romão | Valor do projeto: R\$ 300.000.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 48.238.944,92 Saldo do Projeto: R\$ 251.761.055,08 | Demais subprojetos - Saldo a alocar: R\$ 0,00 Necessário aguardar a conclusão das obras e projetos de engenharia em andamento para avaliar qual será a possibilidade de alocação do saldo disponível para destinar a novas intervenções. |
| Complementação dos recursos federais para o Metrô da RMBH | Implementação de melhorias no metrô da RMBH a partir de complementação de recursos federais, pretendendo-se viabilizar revitalizações necessárias na linha 1 (troca dos carros, atualização do sistema operacional, troca sistema de segurança etc.) Com os recursos a serem aportados pelo Governo Federal e Estadual, pode ser possível viabilizar a Implantação do trecho da linha 1 do metrô (Eldorado/Novo Eldorado) e a implantação da linha 2 (Barreiro/Nova Suíça) e aquisição de material rodante. Atualmente, tem-se apenas o leito e resquícios da superestrutura iniciada e paralisada em 1998 pela CBTU | Valor do Projeto: R\$ 427.970.000,00 Despesa Executada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 427.970.000,00 | Foi realizada consulta pública para a concessão do Metrô da RMBH no período de 10/11 a 27/12/2021. Foram realizados ajustes na proposta de edital em decorrência dos resultados da consulta pública e o mesmo foi submetido à análise pelo Tribunal de Contas da União, que o aprovou em agosto de 2022. Após essa aprovação, o edital de concessão será publicado, estimando-se a realização do leilão de concessão até o final de 2022. |
| Revisão e atualização do PELT - Plano Estratégico de Logística de Transportes de Minas Gerais | Projeto abarcado por outras fontes de financiamento. Caso haja necessidade futura de complementação dos valores destes projetos com recursos do Acordo Judicial de Reparação, o atendimento estará condicionado à existência de saldo financeiro dos respectivos anexos, bem como à avaliação de viabilidade técnica e financeira | | |

Fonte: www.probrumadinho.mg.gov.br, consultado em 30/10/2022

A tabela acima traz o monitoramento dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale. Nela, percebe-se que os projetos estão evoluindo bem. São eles:

- Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA;
- Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra/melhoria da infraestrutura dos municípios;
- Implantação do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- Construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão sobre o Rio São Francisco;
- Complementação dos recursos federais para o Metrô da RMBH; e
- Revisão e atualização do Plano Estratégico de Logística de Transportes de Minas Gerais – Pelt.

É importante ressaltar que os projetos “Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA”, “Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra/melhoria da infraestrutura dos municípios” e “Construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão sobre o Rio São Francisco” se desdobram em subprojetos, conforme apresentaremos em anexo.

Dentre os projetos, além dos que estão sendo executados, cumpre salientar o projeto “Revisão e atualização do PELT – Plano Estratégico de Logística de Transportes de Minas Gerais”, que não tem execução prevista. Tal projeto é abarcado por outras fontes de financiamento, mas foi escolhido para que, caso haja necessidade futura de complementação dos seus valores com recursos do Acordo Judicial de Reparação, esse atendimento será possível mediante a existência de saldo financeiro dos respectivos anexos, bem como a avaliação de sua viabilidade técnica e financeira.

Os dados referentes à execução dos projetos do Anexo III podem ser acessados em:

<https://datastudio.google.com/reporting/e31add9f-59c0-4b95-8fe5-1da8dd38ce60/page/0dFhC>

IV – Conclusão(ões) e requerimentos de providências

De acordo com os dados apresentados pode-se perceber que a execução dos projetos previstos no Acordo da Vale que dizem respeito às obras de infraestrutura rodoviária, obras públicas e serviços de transporte segue o cronograma previsto, lembrando que nos casos dos projetos aqui apresentados, a empresa Vale tem a obrigação de repassar os valores correspondentes para que o Estado as execute, o que tem ocorrido a contento.

Assim, entendemos que o objetivo proposto pela comissão, no âmbito do Fiscaliza Mais, foi atingido.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2022.

Duarte Bechir, relator.

Anexos:

>> Tabela com os RQNs (com links)

| Requerimentos | |
|-------------------|---|
| RQN nº 10751/2022 | <p>Ementa: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.</p> <p>https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2022&n=10751&t=RQN</p> |
| RQN nº 10752/2022 | <p>Ementa: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.</p> <p>https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2021&n=10752&t=RQC</p> |

>> Tabelas com o detalhamento dos subprojetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale, também disponível em <https://datastudio.google.com/reporting/e31add9f-59c0-4b95-8fe5-1da8dd38ce60/page/0dFhC>

| Projeto | Descrição | Subprojetos | | |
|--|--|--|---|--|
| | | Subprojetos | Informações financeiras do subprojeto | Informações complementares do subprojeto |
| Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG / conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra - Mobilidade regional na Bacia do Paraopeba | Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG / conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra - Mobilidade regional na Bacia do Paraopeba | Pavimentação da rodovia estadual AMG 930 (Felixlândia) | Valor do subprojeto: R\$ 64.000.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 64.000.000,00 | Em realização de procedimentos administrativos para celebração de convênio com o município de Felixlândia para que este contrate o projeto de engenharia. O convênio apresentará o cronograma previsto para contratação e elaboração do projeto de engenharia. |
| | | Melhoramento e pavimentação do trecho Papagalos - Pompéu | Valor do subprojeto: R\$ 130.000.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 130.000.000,00 | Obra em licitação, com previsão de conclusão da contratação e ordem de início no segundo semestre de 2022, quando será possível estimar sua conclusão. |
| | | Melhoramento e pavimentação do trecho Esmeraldas - São José da Varginha | Valor do subprojeto: R\$ 56.352.383,47 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 56.352.383,47 | Ordem de início das obras emitida em agosto de 2022. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2024. |
| | | Construção de ponte sobre o Rio Paraopeba no município de Papagalos | Valor do subprojeto: R\$ 15.700.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 15.700.000,00 | Projeto de engenharia em licitação, com previsão de conclusão da contratação e ordem de início no segundo semestre de 2022, quando será possível estimar sua conclusão. |
| | | Asfaltamento da MG-415 até a BR-040 (Morada Nova de Minas) | Valor do subprojeto: R\$ 92.500.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 92.500.000,00 | Obra a licitar, com previsão de conclusão da contratação no segundo semestre de 2022 e ordem de início no primeiro semestre de 2023, quando será possível estimar sua conclusão. |
| | | Pavimentação da Rodovia LMG 762 (Abaeté) | Valor do subprojeto: R\$ 94.720.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 94.720.000,00 | Projeto de engenharia em elaboração pelo município. Foi celebrado convênio de cooperação técnica entre o município de Abaeté e o DER-MG para elaboração do projeto de engenharia rodoviária para as futuras obras de pavimentação do trecho. |
| | | Construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão sobre o Rio São Francisco | Construção de Ponte sobre o Rio São Francisco, em São Francisco e elaboração de projetos para construção de pontes sobre o Rio São Francisco em Manga e São Romão | elaboração de projeto para construção de ponte Sobre o Rio São Francisco no trecho Entr. MGC/135 (Manga) - Porto Matias e Variante na Rodovia MG-401 |
| Corredor Norte - Noroeste: Ponte sobre o Rio São Francisco no trecho São Francisco - Pintópolis | Valor do subprojeto: R\$ 197.654.802,86 Despesa Empenhada: R\$ 41.400.000,00 Saldo do Projeto: R\$ 156.254.802,86 | | | A obra de construção da ponte sobre o Rio São Francisco no trecho São Francisco - Pintópolis encontra-se em execução, tendo sido iniciada em fevereiro de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2024. |
| Corredor Norte - Noroeste: Pavimentação MG-402 - Pintópolis - Uruçuaia | Valor do subprojeto: R\$ 100.211.370,20 Despesa Empenhada: R\$ 5.938.945,03 Saldo do Projeto: R\$ 94.272.425,17 | | | A obra de Pavimentação da MG-402 no trecho Pintópolis - Uruçuaia foi iniciada em setembro de 2021, contudo, empresa solicitou rescisão contratual. Uma nova licitação foi realizada e a obra encontra-se em execução, tendo sido reiniciada em agosto de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2024. |
| Elaboração de projeto para construção de ponte sobre o Rio São Francisco, no trecho São Romão - Entrº MG-161. | Valor do subprojeto: R\$ 3.480.873,77 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 3.480.873,77 | | | O edital para contratação do projeto de engenharia para construção da ponte sobre o Rio São Francisco, no trecho São Romão - Entrº MG-161 foi publicado em maio de 2022, mas a licitação resultou deserta. Será necessária a realização de nova licitação. |

| Projeto | Descrição | Subprojetos | | |
|---|---|---|---|--|
| | | Subprojetos | Informações financeiras do subprojeto | Informações complementares do subprojeto |
| Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA | Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/ conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da SEINFRA | Pavimentação da MG-414: Distrito Amanhece - Araguari x Anhanguera (GO) | Valor do subprojeto: R\$ 15.300.000,00 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 Saldo do Projeto: R\$ 15.300.000,00 | A obra de Pavimentação da MG-414, trecho Distrito Amanhece - Araguari x Anhanguera (GO), encontra-se em execução, tendo sido iniciada em julho de 2022. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2024. |
| | | Recuperação funcional da rodovia CMG-367, no trecho Couto de Magalhães de Minas - Diamantina | Valor do subprojeto: R\$ 15.250.142,34 Despesa Empenhada: R\$ 2.256.399,02 Saldo do Projeto: R\$ 7.139.941,72 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia CMG-367, trecho Couto de Magalhães de Minas - Diamantina encontra-se em execução, tendo sido iniciada em fevereiro de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Pavimentação da MG-105: Fronteira dos Vales - Joaíma (Entr. MG-205) Complementação | Valor do subprojeto: R\$ 2.256.399,02 Despesa Empenhada: R\$ 0,00 | A obra de Pavimentação da MG-105, trecho Fronteira dos Vales - Joaíma (Entr. MG-205) - Complementação foi iniciada em outubro de 2021, contudo, empresa solicitou rescisão contratual. Será realizado outro processo licitatório no segundo semestre de 2022, com previsão de assinatura de contrato e reinício de obras no primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação funcional da MGC-367: Entr. LMG-677 (Turmalina) - Entr. BR-451 (A) | Valor do subprojeto: R\$ 29.804.385,83 Despesa Empenhada: R\$ 9.107.108,41 Saldo do Projeto: R\$ 20.697.277,42 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-367, trecho Entr. LMG-677 (Turmalina) - Entr. BR-451 (A) encontra-se em execução, tendo sido iniciada em novembro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação funcional da MGC-367: Entr. CMG 451 (B) (p/Bocaiuva) - Couto de Magalhães de Minas | Valor do subprojeto: R\$ 22.842.360,90 Despesa Empenhada: R\$ 14.119.543,09 Saldo do Projeto: R\$ 8.722.817,81 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-367, trecho Entr. CMG 451 (B) (p/Bocaiuva) - Couto de Magalhães de Minas encontra-se em execução, tendo sido iniciada em setembro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Ponte sobre o Ribeirão Jardim, no trecho Pimenta - Entr. BR-265 (Guapé) | Valor do projeto: R\$ 6.165.462,89 Despesa Empenhada: R\$ 1.000.000,00 Saldo do Projeto: R\$ 5.165.462,89 | A obra da Ponte sobre o Ribeirão Jardim na rodovia MG-170, no trecho Pimenta - Entr. BR-265 (Guapé) tem previsão de ordem de início no segundo semestre de 2022. |
| | | Pavimentação da MG-410: Bela Vista (Divisa 39ª URG) - Entr. MGC-354 (P/ Presidente Olegário) | Valor do subprojeto: R\$ 3.915.076,80 Despesa Empenhada: R\$ 3.915.076,80 Saldo do Projeto: R\$ 0,00 | A obra de Pavimentação da MG-410: Bela Vista (Divisa 39ª URG) - Entr. MGC-354 (P/ Presidente Olegário) tem previsão de ordem de início no segundo semestre de 2022. |
| | | Elaboração de projeto para Pavimentação da Rodovia MG-238: Sete Lagoas - Araçá | Valor do subprojeto: R\$ 1.257.285,84 Despesa Empenhada: R\$ 1.257.285,84 Saldo do Projeto: R\$ 0,00 | O projeto de engenharia para a Pavimentação da Rodovia MG-238, trecho Sete Lagoas - Araçá, encontra-se em elaboração, tendo sido iniciado em agosto de 2022. A previsão de entrega é para o segundo semestre de 2023. |
| | | Recuperação funcional da MGC-367: Entr. CMG451 (A) (p/Carbonita) - Entr. CMG-451 (B) (p/Bocaiuva) | Valor do subprojeto: R\$ 11.603.023,39 Despesa Empenhada: R\$ 4.136.778,33 Saldo do Projeto: R\$ 7.466.245,06 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-367, trecho Entr. CMG451 (A) (p/Carbonita) - Entr. CMG-451 (B) (p/Bocaiuva) encontra-se em execução, tendo sido iniciada em agosto de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia AMG-420, trecho BR-040 (Ressaquinha) - Senhora dos Remédios | Valor do subprojeto: R\$ 7.657.388,50 Despesa Empenhada: R\$ 3.125.102,50 Saldo do Projeto: R\$ 4.532.286,00 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia AMG-420, trecho BR-040 (Ressaquinha) - Senhora dos Remédios encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia CMG-482, trecho Entr. MG-111 (B) (Carangola) - Entr. BR-116 (A) (Fervedouro) | Valor do subprojeto: R\$ 11.336.100,60 Despesa Empenhada: R\$ 3.747.901,77 Saldo do Projeto: R\$ 7.588.198,83 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia CMG-482, trecho Entr. MG-111 (B) (Carangola) - Entr. BR-116 (A) (Fervedouro) encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia LMG-633, trecho Entr. MG-401 - Mocambinho | Valor do subprojeto: R\$ 16.169.104,29 Despesa Empenhada: R\$ 5.209.112,15 Saldo do Projeto: R\$ 10.959.992,14 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia LMG-633, trecho Entr. MG-401 - Mocambinho encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia LMG-653, trecho Via Principal do Anel Rodoviário Sul de Montes Claros | Valor do subprojeto: R\$ 5.884.444,00 Despesa Empenhada: R\$ 4.547.613,91 Saldo do Projeto: R\$ 1.336.830,09 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia LMG-653, trecho Via Principal do Anel Rodoviário Sul de Montes Claros encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação funcional da MG-883: Entr. BR-460 - Dom Viçoso | Valor do subprojeto: R\$ 13.049.260,22 Despesa Empenhada: R\$ 4.896.420,52 Saldo do Projeto: R\$ 8.152.839,70 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-883, trecho Entr. BR-460 - Dom Viçoso encontra-se em execução, tendo sido iniciada em outubro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação funcional da MG-295: Entr. MG-173 (Paraisópolis) - Consolação | Valor do subprojeto: R\$ 6.159.683,97 Despesa Empenhada: R\$ 2.330.420,73 Saldo do Projeto: R\$ 3.829.263,24 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-295, trecho Entr. MG-173 (Paraisópolis) - Consolação encontra-se em execução, tendo sido iniciada em setembro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação Funcional da rodovia MG-040, no trecho Funil (KM 44,0) - Brumadinho (KM 50,2) | Valor do projeto: R\$ 2.221.505,63 Despesa Empenhada: R\$ 2.221.505,63 Saldo do Projeto: R\$ 0,00 | A obra de Recuperação Funcional da rodovia MG-040, no trecho Funil (Km 44,0) - Brumadinho (Km 50,2) tem previsão de ordem de início no segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação funcional da MG-295: Entr. BR-381 (Cambuí) - Senador Amaral | Valor do subprojeto: R\$ 10.217.868,34 Despesa Empenhada: R\$ 4.845.073,67 Saldo do Projeto: R\$ 5.372.794,67 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-295, trecho Entr. BR-381 (Cambuí) - Senador Amaral encontra-se em execução, tendo sido iniciada em outubro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia MG-338, trecho Ibertioga - Campolide | Valor do subprojeto: R\$ 10.918.114,51 Despesa Empenhada: R\$ 3.454.326,31 Saldo do Projeto: R\$ 7.463.788,20 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-338, trecho Ibertioga - Campolide encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação funcional da MG-265: Entr. BR-482 (P/ Carangola) - Divino | Valor do subprojeto: R\$ 5.239.121,33 Despesa Empenhada: R\$ 3.507.704,20 Saldo do Projeto: R\$ 1.731.417,13 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-265, trecho Entr. BR-482 (P/ Carangola) - Divino encontra-se em execução, tendo sido iniciada em setembro de 2021. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | de acessos ao município de Cambuí e ligação da estrada via contorno até o entroncamento com a BR 381 | Valor do projeto: R\$ 18.000.000,00 Despesa Executada: R\$ 9.000.000,00 Saldo do Subprojeto: R\$ 9.000.000,00 | meio de convênio com o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, cujo objeto é melhoramento de via pública e construção de ponte que abrange os municípios de Consolação/MG e Cambuí/MG. A primeira parcela de repasse do convênio foi paga pela SEINFRA no primeiro semestre de 2022. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia MG-401, trecho Porto Matias Cardoso - Início Perímetro Urbano de Janaúba | Valor do subprojeto: R\$ 74.134.994,46 Despesa Empenhada: R\$ 27.851.555,03 Saldo do Projeto: R\$ 46.283.439,43 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-401, trecho Porto Matias Cardoso - Início Perímetro Urbano de Janaúba encontra-se em execução, tendo sido iniciada em março de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia MG-441, trecho Entr. MG-108 (Lajinha) - Divisa MG/ES | Valor do subprojeto: R\$ 2.848.568,36 Despesa Empenhada: R\$ 1.868.092,68 Saldo do Projeto: R\$ 980.475,68 | A obra de Recuperação Funcional da rodovia MG-441, trecho Entr. MG-108 (Lajinha) - Divisa MG/ES encontra-se em execução, tendo sido iniciada em novembro de 2021. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia MG-744, trecho Virgolândia - Entr. MGC-314 (P/ Coroaç) | Valor do subprojeto: R\$ 11.113.257,72 Despesa Empenhada: R\$ 11.113.257,72 Saldo do Projeto: R\$ 0,00 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-744, trecho Virgolândia - Entr. MGC-314 (P/ Coroaç) encontra-se em execução, tendo sido iniciada em junho de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação Funcional da Rodovia MGC-262, trecho Ponte Sobre Rio das Velhas - Entr. Av. José Cândido da Silveira | Valor do subprojeto: R\$ 6.089.598,07 Despesa Empenhada: R\$ 3.741.098,67 Saldo do Projeto: R\$ 2.348.499,40 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-262, trecho Ponte Sobre Rio das Velhas - Entr. Av. José Cândido da Silveira encontra-se em execução, tendo sido iniciada em maio de 2022. A previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2022. |
| | | Recuperação funcional da Rodovia MGC-367, trecho Entr. MGT-342 B (p/Cel. Murta) - Virgem da Lapa | Valor do subprojeto: R\$ 23.867.705,41 Despesa Empenhada: R\$ 5.794.495,50 Saldo do Projeto: R\$ 18.073.209,91 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-367, trecho Entr. MGT-342 B (p/Cel. Murta) - Virgem da Lapa encontra-se em execução, tendo sido iniciada em fevereiro de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| | | Recuperação funcional da rodovia MGC-497, no trecho Entr. BR-365/452 (Uberlândia) - Entr. BR-153 (Prata) | Valor do subprojeto: R\$ 44.439.755,84 Despesa Empenhada: R\$ 27.480.082,84 Saldo do Projeto: R\$ 16.959.673,00 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MGC-497, trecho Entr. BR-365/452 (Uberlândia) - Entr. BR-153 (Prata) encontra-se em execução, tendo sido iniciada em março de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. |
| Recuperação funcional das rodovias MG-111 e AMG-2905 trechos Ipanema - Manhuaçu e Entr. MG-111 - Simonésia | Valor do subprojeto: R\$ 34.889.397,90 Despesa Empenhada: R\$ 18.584.714,18 Saldo do Projeto: R\$ 16.304.683,72 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-111, trecho Ipanema - Manhuaçu, e Rodovia AMG-2905, trecho Entr. MG-111 - Simonésia, encontra-se em execução, tendo sido iniciada em outubro de 2021. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. | | |
| Recuperação Funcional da Rodovia MG-311, trecho Entr. BR-116 (Campanário) - Pescador | Valor do subprojeto: R\$ 17.942.107,54 Despesa Empenhada: R\$ 5.663.477,15 Saldo do Projeto: R\$ 12.278.630,39 | A obra de Recuperação Funcional da Rodovia MG-311, trecho Entr. BR-116 (Campanário) - Pescador encontra-se em execução, tendo sido iniciada em junho de 2022. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2023. | | |

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****TERMO DE CONTRATO Nº 54/2022****Número no Siad: 9348783/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Surdos de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras – para a Língua Portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da contratante ou por ela promovidos, no Município de Belo Horizonte, com cessão de uso de imagem. Vigência: 12 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: dispensável nos termos do art. 24, XX, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1).